

Por que não basta administrar a crise da dívida *Ext*

Os bancos internacionais talvez não esperassem do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, um discurso tão incisivo como o que ele proferiu na reunião do Comitê Interino do Fundo Monetário Internacional (FMI), na última quarta-feira, em Washington. Afinal, as taxas de juros no mercado internacional vêm caindo, as exportações do País evoluem a um ritmo satisfatório, permitindo a acumulação de saldos comerciais crescentes, o Brasil conta com uma boa posição de reservas cambiais e há fundadas esperanças de que o Plano de Estabilização Econômica possa derrubar por terra uma inflação antes considerada intratável.

Mas o que o discurso mostrou é que as conquistas do País nos campos externo e interno, longe de levar a uma acomodação, encorajam o governo brasileiro a adotar uma postura afirmativa perante os credores, mesmo porque estes não se mostram dispostos a reconhecer, definitivamente, o direito dos países devedores a uma negociação soberana. E Funaro citou como exemplo “a

exigência ritual de um acordo com o Fundo Monetário Internacional para a renegociação da dívida com o Clube de Paris, quer o País tenha ou não necessidade de tal acordo”.

O ministro da Fazenda falou com a autoridade de um governo que rejeitou, explicitamente, o programa de ajustamento recomendado pelo FMI, orientando a sua economia para o crescimento e calibrando a política econômica às suas necessidades. Os fatos têm sobejamente demonstrado, no caso brasileiro, que “reformas de dentro para fora” são inaceitáveis não só por interferir com os objetivos nacionais em termos econômico-sociais; elas são sempre imperfeitas e de difícil aplicação, dadas as particularidades locais, sobranceiramente ignoradas por técnicos que querem impor fórmulas ortodoxas. O Plano de Estabilização Econômica está deixando cada vez mais claro que os próprios brasileiros estão mais bem habilitados para reordenar a sua economia, a partir de um conhecimento mais profundo da realidade nacional.

Pode-se concluir que, se o Clube de Paris teimar em exigir a auditoria do FMI, simplesmente não logrará um acordo com o Brasil. Se o País foi capaz de negociar com os bancos internacionais privados dispensando o Fundo, seria incoerente procurar obter, para tratar com os governos representados no Clube de Paris, o aval daquela instituição.

O ministro Funaro também deixou muito claro que a estabilização da economia brasileira tornou ainda mais transparente o problema da dívida externa, que poderá criar um obstáculo formidável ao desenvolvimento futuro do País. É evidente, como disse o ministro, que, “em vez de administrar a crise, o que precisamos é adotar medidas conjuntas para sair dela”.

Novos mecanismos de ajuste precisam ser discutidos em reuniões conjuntas de devedores e credores, o que estes últimos até hoje negam-se terminantemente a aceitar. Tais entendimentos em torno de questões fundamentais não podem, porém, ser procrastina-

nados indefinidamente, uma vez que a crise rapidamente se enca-minha para um ponto insustentável. O Brasil, por exemplo, como salientou o ministro da Fazenda, transferiu para o exterior em 1985, em termos líquidos, recursos reais da ordem de US\$ 11,2 bilhões, o correspondente a 5,1% de seu PIB e a 23,8% de sua poupança bruta. Os países latino-americanos como um todo transferiram para fora da região, nos últimos quatro anos, mais de US\$ 100 bilhões.

Sem que essa transferência líquida de recursos seja substancialmente reduzida, o Brasil e os demais países endividados não podem planejar o seu desenvolvimento, de modo a romper o círculo de ferro da pobreza. É imperioso, portanto, não só discutir as taxas de juros, ainda muito elevadas em termos reais, mas também todo o relacionamento envolvendo os fluxos de capital no mundo de hoje. Apesar da boa situação econômica do País no momento, o governo brasileiro está empenhado em precipitar esse debate.